
Abertura Econômica e Concentração Produtiva e Populacional na Região Metropolitana de Natal: 1990-2010

Rebeca Marota da Silva¹
Wallace da Silva de Almeida²
Dr. Denílson da Silva Araújo³

Resumo

A indiscriminada abertura econômica praticada no início dos anos de 1990 aos dias atuais tem limitado em demasia os espaços econômicos lucrativos do capital produtivo nacional, sobretudo o industrial. Os capitais produtivos instalados no interior da economia brasileira, principalmente na indústria, não têm suportado o peso da abertura econômica, isto é, não têm condições competitivas frente aos capitais internacionais que atuam no mesmo setor. Isto tem causado um novo surto de desconcentração industrial no Brasil, proveniente do polo (Sudeste) em direção à periferia. Assim, o objetivo principal da pesquisa em tela é analisar as principais manifestações econômicas ocorridas na indústria de transformação do Rio Grande do Norte no período de 1990-2010, bem como seus impactos sobre o processo de Urbanização. Justifica-se a proposta da presente pesquisa por realizar uma análise da economia potiguar a fim de revelar se a concentração produtiva ainda permanece na Região Metropolitana de Natal (RMN) bem como se a referida região continua a funcionar como polo atrator de população. Para consubstanciação final do presente trabalho foram utilizadas as informações quantitativas dos Censos Industriais, Agrícolas e de Serviços, bem como os Censos Demográficos, correspondentes ao período de 1991 a 2010. A partir das informações levantadas, chegou-se a conclusão de que o desenvolvimento da economia do Rio Grande do Norte bem como a dinâmica do seu processo de urbanização tendem a continuar concentrados na Região Metropolitana Potiguar, porém não apenas em seu núcleo, mas tem se espalhado entre os municípios que a compõem.

Palavras-Chave: Urbanização; Concentração Produtiva; Concentração Demográfica.

¹Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: rebeca.economia@gmail.com.

² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: wallacealmeida88@hotmail.com.

³ Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: denilson@ufrnet.br.

INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos a economia potiguar experimentou significativas transformações produtivas, tanto sob o ponto de vista de sua riqueza produzida (PIB) quanto no que diz respeito à qualidade dessa produção (modernização de gêneros industriais tradicionais, a exemplo da indústria têxtil e de alimentos). Por esta razão, faz-se de fundamental importância registrar a nova dinâmica econômica do Rio Grande do Norte. Observe-se que significativa fração desta nova dinâmica econômica encontra-se concentrada na Região Metropolitana de Natal. Essa concentração foi, em parte, responsável por significativos fluxos de migrações do interior rumo ao litoral (RMN). Soma-se a este fato a deterioração de grandes economias (como o sal e o algodão) que encontravam-se localizadas no interior do estado.

Desta forma, o objetivo principal do presente relatório é analisar as ocorrências econômicas analisar as principais manifestações econômicas ocorridas na indústria de transformação do Rio Grande do Norte no período de 1990-2010, bem como seus impactos sobre o processo de Urbanização. O período de análise se justifica pela instituição de políticas neoliberais que moldaram novas formas das instâncias subnacionais interagirem com o capital produtivo.

No período 1991-2011, as iniciativas “desenvolvimentistas” neoliberais – sobretudo a guerra fiscal – não foram capazes de melhor distribuir o capital no espaço. Em relação a este aspecto, o caso do Rio Grande do Norte foi paradigmático, pois manifestou-se uma tendência ao processo de reconcentração produtiva. Isso ocorreu porque o capital tende a migrar para a região polo, pois a sua dinâmica – composta por um sistema de logística desenvolvido; uma rede de cidades integradas; a ocorrência de centros de tecnologias; e um alto padrão de oferta de bens e serviços – tem contribuído para o desenvolvimento capitalista, obedecendo assim à lógica de localização industrial.

De passagem, deve ser registrado que o fenômeno da concentração/reconcentração econômica tem se manifestado em escala nacional. Todavia, no que tange à escala regional, é interessante analisar o processo de concentração/desconcentração produtiva no Rio Grande do Norte em termos da dinâmica setorial, examinando o crescimento das estruturas produtivas.

Os setores econômicos em estudo são os mesmos utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são eles: Agropecuário, Industrial e Serviços. O setor de serviços neste artigo é a soma de comércio com os serviços, e não apenas serviços como pode parecer.

Neste artigo, será analisado primeiramente o setor agropecuário potiguar uma vez que o mesmo foi o que mais eliminou mão de obra para os demais. O setor agropecuário é muito dependente de fatores climáticos, ambientais e dos ciclos biológicos das plantas e animais, sendo assim uma atividade sazonal. A necessidade de capital de giro é mais elevada do que na indústria. Desta forma, em regiões periféricas, o desenvolvimento agrário depende em significativa proporção da intervenção do Estado, através de políticas de crédito rural, de garantias de preços e de comercialização. (RAMOS, 2007)

Alguns estudos comprovam que é crescente a redução de trabalhadores agrícolas. O principal motivo para isso ter ocorrido foi o aumento da pluriatividade rural, caracterizando o novo rural brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 1997). Assim, observa-se a redução de trabalhadores agrícolas, mas não de trabalhadores rurais. No novo rural, as atividades não são apenas voltadas para a atividade agrícola, mas também de artesanato, serviços e outros. Essas atividades não-agrícolas servem para complementar a renda familiar, uma vez que a atividade agrícola é sazonal.

A economia gerada pela agricultura familiar é basicamente de subsistência. Por esta razão, muitos membros das famílias migram para os centros urbanos ou outras atividades econômicas em busca de novas oportunidades de trabalho, saúde, educação e outros serviços que somente uma estrutura urbana é capaz de oferecer.

O Rio Grande do Norte, refletindo a realidade de uma região periférica, possui um histórico de concentração fundiária. Todavia, com a abertura comercial, as grandes empresas agrícolas voltaram-se para a produção de produtos agrícolas para exportação fazendo com que áreas ocupadas com algodão e demais produtos agrícolas tradicionais, por exemplo, fossem significativamente reduzidas. (ARAÚJO, 2010, p.164).

O efeito disso na economia norte-rio-grandense foi a decadência do setor agropecuário na participação do PIB potiguar que, segundo Araújo (2010), passou de 12,6% em 1980 para 7,2% em 1990, sendo resultado da abertura indiscriminada da economia brasileira, da diminuição da taxa média de investimentos, do encarecimento do crédito e da histórica manutenção de altas taxas de juros.

Dado o fato de que a realização da reforma agrária institucional – em muitos países desenvolvidos – era algo totalmente inviável para as classes dominantes, a opção foi a reforma “agrária de mercado” e a conseqüente transferência de capitais do setor agropecuário para os demais setores.

A reforma agrária institucional era algo inviável para os proprietários por ser feita através de desapropriação da terra. Já na reforma agrária de mercado, o proprietário vende suas terras aos bancos que passam a financiar, através do crédito fundiário, agentes produtivos que não possuem terra e que passam a ter o acesso a mesma por via desta dinâmica. Desta forma, parte dos grandes agricultores transferiu seus investimentos para outros setores (principalmente o industrial) e a outra parte passou a ter acesso ao financiamento de indústrias para o custeio de sua produção. Segundo Araújo (2011), esses movimentos teriam compensado parcialmente o declínio da participação do setor público nas políticas agrícolas convencionais.

Na década de 1990, gozando dos investimentos realizados na década anterior (através da União) e agora com concessão de subsídios (intervenção do poder sub-nacional), a agricultura potiguar segue sua produção de frutas tropicais – atividade de maior peso no setor – basicamente para exportação aos mercados externos e internos, ficando com menos de 5% da produção total no estado. Assim, quando a esfera nacional diminuiu a sua intervenção, o poder sub-nacional o assume com a isenção de impostos e concessão de subsídios. De toda forma, a agricultura em todos os seus estágios conta, para a sua reprodução, com o apoio governamental. Por tudo que fora exposto anteriormente, atente para o fato de que no Rio Grande do Norte, a

exemplo do restante do país, as maiores transformações agrícolas ocorreram pela ação do Estado, porém quem comandou foi o capital. (ARAÚJO, 2010, p.175),

Adverte que a participação agropecuária no PIB do Rio Grande do Norte está em decadência. A fruticultura desenvolvida no estado é essencial à captação de divisas e à maior integração do estado ao mercado regional, nacional e internacional, uma vez que possui grande peso na pauta de exportação potiguar.

Isso ocorre porque na economia agrícola potiguar não possui complexos agroindústrias completos, não sendo assim capazes de espriar dinamismo econômico no espaço norte-rio-grandense. Para possuir complexos agroindustriais completos, o estado teria de criar condições para instituição de quatro subsetores: a indústria a montante (formada por empresas que fornecem à agricultura serviços e meios de produção), a agricultura propriamente dita, a indústria “a jusante” (indústrias agrícolas de transformação e alimentícias), e o subsetor de distribuição de alimentos.

Esse tipo de investimento em uma região periférica somente é possível com a atuação do Estado, não apenas para estimular os investimentos com concessões e subsídios, mas também com infraestrutura e logística para a reprodução do capital. O Rio Grande do Norte possui uma localização estratégica no território nacional e já tem atraído diversos investimentos devido à sua localização. Já está comprovada a viabilidade de culturas como a fruticultura e outras culturas agrícolas. Porém, para gerar a dinâmica necessária para o desenvolvimento regional e o estado deixar de ser apenas mero agroexportador, se faz necessário investimentos que estimulem surgimento de atividades mais complexas e mais intensivas em capital.

Com o afastamento do Estado na era neoliberal, os estímulos aos investimentos de maior cunho tecnológico e à expansão aos mercados internos ficaram reprimidos. Desta forma, restaram às unidades federadas assumirem de forma fragmentada o papel que dantes era da União. Segundo Cano (1998), os Programas de desenvolvimento estaduais não podem assumir a contento às políticas de desenvolvimento econômico nacionais, pois somente a União é capaz de mobilizar determinados instrumentos de política econômica como o câmbio e a moeda, por exemplo, capazes de beneficiar o conjunto da nação.

No Rio Grande do Norte não há políticas específicas para o desenvolvimento agroindustrial. Porém, para estimular e atrair investimentos privados há o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI) criado em 1985.

Assim, através do PROADI, o estado tem atuado além de incentivador à industrialização, também na atração/incentivo aos investimentos produtivos privados na agropecuária e nos serviços. Ademais, o PROADI contribuiu não apenas para a atração de novos investimentos mas, também, para a manutenção dos já existentes. Porém, não conseguiu atrair capitais mais intensivos em tecnologias, ou seja, fortaleceu atividades tradicionais no estado; e, não foi eficaz na desconcentração dos investimentos no território norte-rio-grandense. Manteve-se concentrada as atividades produtivas na Região Metropolitana de Natal e em áreas específicas onde a matéria-prima encontra-se. (ARAÚJO, 2010)

A concentração produtiva norte-rio-grandense somada à incapacidade do setor agropecuário de segurar mão de obra no campo resulta nas migrações rumo à Região Metropolitana de Natal e ainda à microrregião de Mossoró. A princípio, pode-se afirmar que as migrações aceleradas contribuíram para a formação de espaços desordenados formando verdadeiro inchaço urbano.

O CENÁRIO SOCIOECONÔMICO DE RMN

Historicamente, a riqueza do Rio Grande do Norte manteve-se concentrada na Região Metropolitana de Natal (RMN). Segundo a Lei Complementar estadual nº 391, de 22 de julho de 2009, constituem a Região Metropolitana de Natal os municípios de Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim, São José de Mipibú, Nísia Floresta, Monte Alegre e Vera Cruz. Por este motivo, para o estudo das microrregiões do Rio Grande do Norte foram realizadas algumas adequações metodológicas na divisão oficial do IBGE, com o objetivo de expor ao máximo a realidade sócio-econômica do estado. A RMN é composta pelos municípios da microrregião Natal, da microrregião Macaíba, e pelos municípios Monte Alegre e Vera Cruz, que segundo o IBGE compõem a microrregião Agreste Potiguar. Utilizou-se nesse relatório a divisão da Região Metropolitana de Natal segundo a Lei Complementar estadual por entendermos que se faz necessário um estudo desta região para a promoção de políticas públicas mais eficientes. Dessa maneira, neste artigo foi retirado da microrregião Agreste Potiguar os municípios de Monte Alegre e Vera Cruz, e estes foram somados a RMN.

Pode-se observar, que em 1985, período anterior a abertura comercial, o número de estabelecimentos produtivos já estavam concentrados na Região Metropolitana de Natal, com as maiores participações do estado: 39,2% o setor de Serviços, 24,3% e o setor de Indústria, o setor Agropecuário em terceiro lugar com 8,9%. Com o apoio do Censo de 1995, observa-se o aumento dessa concentração principalmente nos setores da Indústria e dos Serviços, com 50,3% e 54,7% de concentração dos estabelecimentos produtivos, respectivamente, permanecendo com a maior participação do estado. O setor Agropecuário obteve um acréscimo atingindo 9,3%. Seguindo da RMN, no ano de 1995, vem a microrregião de Mossoró. Esta última tem represado 18,7% dos estabelecimentos industriais do estado e 12,8% dos estabelecimentos de serviços.

A RMN apresentou uma concentração elevada dos estabelecimentos produtivos nos três setores, porém no setor agropecuário duas microrregiões ultrapassam-na, são eles: Agreste Potiguar e Borborema Potiguar. Em 1985, estas microrregiões participaram com 19,9% e 12,5%, respectivamente. Em 1995, o Agreste Potiguar teve um sensível redução para 19% e a Borborema Potiguar elevou para 13,2%. Em ambos os anos essas microrregiões foram superiores a RMN.

Essa variação também foi refletida na população ocupada. Em 1991, foi registrado que a RMN possuía 39% da população ocupada do estado, sendo 47,3% urbana e 18,5% rural. Em 2000, aumentou ainda mais a concentração na RMN, a população ocupada representava 43,% do estado, sendo 50% urbana e 23% rural.

Apesar da concentração da população ocupada do estado localizar-se na RMN, pode-se destacar quatro microrregiões: Agreste Potiguar, Borborema Potiguar, Mossoró e Seridó Oriental. As microrregiões Agreste Potiguar e Borborema Potiguar se destacam por possuírem 11% e 7,7%, respectivamente, da população ocupada rural do estado em 1991. E em 2000, continuam ocupando o segundo e terceiro lugares, com 10,7% e 7,3%. Já as microrregiões Mossoró e Seridó Oriental estão em relevo por possuírem 12,2% e 5,2% da população ocupada urbana do estado. Em 2000, além de possuírem 11,8% e 4,8% da população ocupada urbana do estado, também ocupavam o segundo e terceiro lugares no que tange a população ocupada total do estado, com 9,7% e 4,5% respectivamente.

As microrregiões com as menores participações em população ocupada do estado são: Angicos, Litoral Nordeste, Macau, Médio Oeste e Serra de Santana. Em 1991, o Litoral Nordeste, o Médio Oeste e Serra de Santana participavam com 0,8%, 0,9% e 1,2% da população ocupada rural do estado. No ano de 2000, permaneceram com as menores participações com 1%, 0,8% e 1,3%. As microrregiões Angicos, Macau e Médio Oeste apresentaram as menores participações tanto em população ocupada urbana, quanto no total. Em 1991, Angicos, Macau e o Médio Oeste participaram com 2,7%, 1,4% e 2,2% da população ocupada urbana do estado. Quando à população ocupada total, no referido ano, Angicos, Macau e Médio Oeste tiveram o mesmo percentual de participação, 1,9% cada.

Em 2010, permanece a concentração populacional nas regiões mais dinâmicas do estado, que apresentaram as seguintes participações: RMN (43%); Mossoró (10,5%); e Agreste Potiguar (6,3%). Essa concentração se reflete também tanto na população urbana – RMN (49,3%); Mossoró (11,6%); e Agreste Potiguar (4,7%) – quanto na população rural – RMN (19,3%); Mossoró (6,7%); e Agreste Potiguar (11,8%). Na população rural pode-se destacar também a microrregião Litoral Nordeste que apresentou uma participação superior a Mossoró com 8,0%.

As menores participações populacionais totais do estado são das microrregiões Médio Oeste (1,2%), Angicos (1,6%) e Serra de Santana (1,9%). A microrregião Médio Oeste apresentou a menor participação de população urbana do estado, apenas 0,9% e uma das menores quanto à população rural, 2,5% de participação. A microrregião Seridó Ocidental possui a menor participação de população rural do estado com apenas 1,9%.

Para a análise específica das taxas de crescimento das populações da RMN utilizou-se dois subperíodos: 1991 a 2000 e 2000 a 2010. No primeiro subperíodo o município que teve a maior taxa de crescimento de população urbana da RMN foi Parnamirim (9,4%), secundado por Monte Alegre com crescimento de 5,4% a.a. Nas taxas de crescimento populacional rural, a RMN ficou dividida entre os municípios que reduziram suas populações rurais ou tiveram seus crescimentos próximos de zero – tais como Extremoz (-1,06%), Natal (desde 1991 não possui população rural), Vera Cruz (0,09%), Monte Alegre (0,14%), Parnamirim (0,61%) – e entre os municípios que cresceram acima de 2% - São Gonçalo do Amarante (5,38%), Nísia Floresta (3,09%), Macaíba (3,01%), São José de Mipibú (2,63%) e Ceará-Mirim (2,12%).

No segundo subperíodo, o município de São Gonçalo do Amarante está em relevo por sofrer grandes variações tanto no urbano quanto no rural. Na taxa de crescimento populacional urbana o município apresentou uma taxa de 22,42% a.a. Na população rural alcançou uma taxa de crescimento de -13,76%. Nenhum outro município da região sofreu variação igualmente abrupta. No urbano, Parnamirim segue destacando-se no crescimento, porém com taxa inferior ao subperíodo anterior de 6,37%. Quanto ao rural, deve ser colocado em destaque que Parnamirim deixou de possuir população rural. Apesar das grandes variações de São Gonçalo do Amarante, observa-se que Parnamirim apresentou o maior crescimento na população total (4,97%), secundada por Natal (4,00%). São Gonçalo do Amarante apresentou uma taxa de crescimento populacional total de 2,36% a.a.

A SOLIDIFICAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO PRODUTIVA E POPULACIONAL NA RMN

Conforme o resultado apurado reafirma-se a existência de concentração populacional e produtiva no estado do Rio Grande do Norte a exemplo do ocorre em dimensão nacional. Com a abertura indiscriminada da economia, as concentrações econômicas regionais ampliaram-se. Nas microrregiões potiguares não foi de forma diferente, observa-se que os estabelecimentos produtivos se concentraram na RMN e em microrregiões específicas onde a matéria-prima encontra-se em maior abundância.

A RMN concentra a dinâmica econômica dos três macro-setores (agropecuária, indústria e serviços) da economia potiguar. Entretanto, no que diz respeito ao setor agropecuário a referida Região está em terceiro lugar em quantidade de estabelecimentos produtivos, dado que o meio rural e suas atividades são pouco expressivos na mesma. As microrregiões Agreste Potiguar e Borborema Potiguar ocupam, respectivamente, o primeiro e segundo lugar. Isso ocorre devido ao potencial de desenvolvimento agropecuário de ambas as microrregiões e também pela proximidade das mesmas com a RMN. Além dos recursos naturais necessários para o desenvolvimento do setor agropecuário, essas microrregiões gozam dos serviços complementares às suas economias prestados pela RMN.

Outra variável utilizada no presente relatório foi a população ocupada. Ao analisar os dados sobre população ocupada observa-se a relação com as unidades produtivas e o poder de atração que elas possuem. A análise de população ocupada, diferentemente dos estabelecimentos produtivo, não foi por setor da economia e sim entre urbana e rural de cada microrregião. Esse tipo de análise tem um ponto positivo e outro negativo. O positivo é que através desses dados pode ser observado o grau de urbanização das microrregiões e ainda as variações ao longo do período entre ocupações urbanas e rurais. O ponto negativo é que não se pode observar as concentrações setoriais diferentes. Como a diferenciação setorial já pode ser observada através da quantidade de estabelecimentos, utilizaremos ocupações para observar o grau de urbanização das microrregiões, dado que parte-se da hipótese que o meio urbano é o que mais oferece oportunidade de ocupação, tanto no setor industrial quanto no de serviços.

A população ocupada do estado concentra-se numa média de 43% na RMN. Observa-se que, em média, a RMN possui 50% de participação da população ocupada urbana potiguar e 23% de participação da população ocupada rural potiguar. A RMN é a região que possui o maior número de ocupações do estado. Isso se justifica pelo fato de que historicamente a produção de riqueza do Rio Grande do Norte esteve naquela região concentrada. Tem-se como hipótese que a referida concentração da maior parte da produção na RMN ocorre devido a mesma concentrar a melhor infra-estrutura produtiva (física e de serviços) do estado. Todos esses fatos devem ser somados ao desmantelamento de algumas economias importantes do interior do estado e a modernização e aparição de outras que resultaram em um explosivo processo de migração e de urbanização que foram responsáveis pela formação da RMN.

Para expor o processo de migrações e concentração demográfica foram levantados dados sobre população segundo os Censos 1991, 2000 e 2010. Através destes foi exibido o crescimento positivo da população urbana do estado. Revelando uma tendência à urbanização concentradora – tanto da produção quanto da população – que o estado vem sofrendo.

A população total e urbana manteve-se concentrada na Região Metropolitana de Natal e nas microrregiões de Mossoró e do Agreste Potiguar. A RMN e a microrregião de Mossoró, historicamente, sempre tiveram maior importância (econômica e política) na formação dos grandes aglomerados humanos do estado. A microrregião Agreste Potiguar, com peso menor, possui ligação direta com a economia da capital, por sua proximidade, por este motivo, assim como as duas últimas, tem sido de significativa importância para o estado. (ARAÚJO, 2010)

Todos os municípios da Região Metropolitana de Natal apresentaram taxas de crescimento populacional total positivas no período de 1991 a 2010 e tiveram seus pesos de participação populacional no estado aumentados em 2010. As migrações contribuíram para o aumento de suas populações e, portanto, para maior peso das mesmas na população total do estado.

Segundo Araújo (2010), a Região Metropolitana de Natal como polo econômico e urbano potiguar seguiu algumas tendências principais ocorridas nas grandes cidades do país como: ocupação dos espaços do núcleo em direção à periferia, estimulando a especulação imobiliária de tais espaços; a proliferação de favelas; maior concentração produtiva de determinadas atividades econômicas, sobretudo dos serviços; e um processo de urbanização precário, não suprindo muitos serviços públicos essenciais à reprodução da população, como: o de saneamento básico, saúde, coleta de lixo, segurança, moradias etc.

No subperíodo 1991-2000, com a valorização dos espaços da capital com o objetivo de atender às necessidades do setor de turismo do estado, observou-se que a Zona Sul de Natal por apresentar maior e melhor infra-estrutura refletiu um maior atrativo populacional. Desta forma, Parnamirim, por ser o município mais próximo da Zona Sul de Natal foi destaque no referido período. A população urbana de Parnamirim foi a que mais cresceu da RMN no subperíodo. No citado subperíodo, a população urbana de Natal foi de 1,8% e a de Parnamirim foi de 7,8%.

No subperíodo 2000-2010 a RMN continua sendo polo de atração populacional e concentradora de atividades produtivas. Pode ser constatado que as camadas sociais mais populares se aglomeram na periferia da cidade, devido à especulação imobiliária próximo ao núcleo. Nesse sentido, tal qual na Zona Sul, passou a ocorrer uma expansão habitacional na Zona Norte de Natal gerando uma ligação com o município de São Gonçalo do Amarante. O citado município apresentou no subperíodo uma surpreendente urbanização, sofrendo o fenômeno da conurbação com a Zona Norte de Natal.

Segundo Araújo (2010), a Região Metropolitana de Natal é o núcleo dinâmico da economia potiguar por concentrar as atividades econômicas mais significativas tanto no que tange à produção quanto aos serviços de toda natureza. Desta forma, é crescente a participação populacional desta região no estado. Do ponto de vista da produção de riqueza, embora ainda esteja fortemente concentrada na Região Metropolitana do estado (notadamente na capital), pode-se observar que os demais municípios vem experimentando significativa diversificação em suas infra-estruturas produtiva (a exemplo de São Gonçalo do Amarante e Macaíba) possibilitando-os uma maior integração econômica entre os mesmos. Ademais, pode ser observado que em relação ao município polo, Natal, os demais municípios da RMN cada vez mais se aproximam do mesmo quando à densidade demográfica. A exemplo do que ocorreu com outros estados, o município polo vem sofrendo desconcentração populacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que após a abertura comercial de 1990 o estado do Rio Grande do Norte manteve concentrados os investimentos produtivos na Região Metropolitana de Natal (RMN). A concentração populacional foi solidificada pelo fato da referida região possuir o melhor suporte urbano do estado para a reprodução do capital industrial e do trabalho. Desta forma, houve uma explosão do setor de serviços nesta região que, por um lado, atendeu as demandas da economia industrial bem como as demandas sociais próprias dos aglomerados urbanos.

Devido à concentração produtiva, à expansão do setor de serviços e o crescimento desordenado do meio urbano, a RMN tornou-se polo de atração populacional, atraindo principalmente populações interioranas. Porém, observou-se a importância econômica e política da microrregião de Mossoró, que a fez ter números medianos de concentração populacional e produtiva. Ainda foi observada a importância da microrregião Agreste Potiguar, principalmente o seu meio rural, por ser uma área propícia à agropecuária e por ser próxima da RMN. Desta forma, a exemplo do que ocorre em nível nacional, no Rio Grande do Norte também há concentração entre as suas microrregiões que formam verdadeiras *ilhas de concentração*.

Por fim, no presente artigo, foi possível concluir que o desenvolvimento da economia do Rio Grande do Norte bem como a dinâmica do seu processo de urbanização tendem a continuar concentrados na Região Metropolitana Potiguar, porém não apenas em seu núcleo, mas tem se espalhado entre os municípios que a compõem.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Denílson da Silva Araújo. *Dinâmica Econômica, Urbanização e Metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 352p.
- ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de. *Política de crédito rural: reflexões sobre a experiência brasileira*. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/ IPEA, 2011. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 37). 65p.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. *"Industrialização do Nordeste: intenções e resultados"*. In: MARANHÃO, Sílvio et all (1084). *A Questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento, processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- CANO, Wilson. *Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005*. 3ª ed. Revista e ampliada – São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930/1995)*, 2 ed., Campinas, SP, 1998, 421p.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.
- RAMOS, Pedro (org). *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas*. MDA: Brasília, 2007.
- SILVA, Marconi Gomes da. *Mercado de trabalho, ocupações e rendimentos: a região metropolitana de Natal na década de 1990*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) Natal:UFRN, 2008, 254p.